



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
UFFS – *CAMPUS* CERRO LARGO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL

ELIS MATTE KRONBAUER

UM PASSADO (NÃO TÃO) DISTANTE?
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ORALISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

CERRO LARGO

2018

ELIS MATTE KRONBAUER

UM PASSADO (NÃO TÃO) DISTANTE?

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ORALISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Português e Espanhol.

Orientador: Alan Ricardo Costa

CERRO LARGO

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Kronbauer, Elis Matte
UM PASSADO (NÃO TÃO) DISTANTE? CONSIDERAÇÕES SOBRE O
ORALISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS/ Elis Matte Kronbauer. --
2018.
24 f.

Orientador: Alan Ricardo Costa.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Letras
Português E Espanhol , Cerro Largo, RS, 2018.

1. Libras. 2. Oralismo. 3. Educação de Surdos. I.
Costa, Alan Ricardo, orient. II. Universidade Federal da
Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELIS MATTE KRONBAUER

**UM PASSADO (NÃO TÃO) DISTANTE? CONSIDERAÇÕES SOBRE O
ORALISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Letras Português e Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof. Me. Alan Ricardo Costa

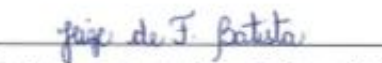
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

05/03/2018

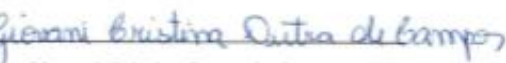
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Me. Alan Ricardo Costa - UFFS



Profa. Dra. Jeize de Fátima Batista – UFFS



Profa. Giovani Cristina Dutra de Campos - UFFS

ELIS MATTE KRONBAUER

UM PASSADO (NÃO TÃO) DISTANTE?

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ORALISMO NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Letras Português e Espanhol, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Orientador: Prof. Alan Ricardo Costa

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Jeize de Fátima Batista
Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS – *Campus* Cerro Largo

Prof^a. Giovani Cristina Dutra de Campos
Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS – *Campus* Cerro Largo

Prof. Alan Ricardo Costa (orientador)
Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS – *Campus* Cerro Largo

AGRADECIMENTOS

Início este bloco agradecendo a uma pessoa muito importante para mim. A responsável por dissolver o cansaço e o desânimo que aparecem no corrido dia a dia. Aquela que faz com que eu apresse a volta para casa, pois sei que com um enorme sorriso irá me perguntar: “A mãe ‘tava’ na aula?”. Alice, agradeço pela sua presença em minha vida, pois é ela o motivo de sempre buscar me tornar uma pessoa melhor, empenhando-me para a realização dos planos que traçamos. E, se hoje consegui chegar até aqui, foram a tua energia e o teu carinho os grandes responsáveis por isso.

Agradeço também aos meus pais, que não pouparam esforços para que eu conseguisse chegar até aqui. Muito obrigada por toda a ajuda; em especial, aquela que sempre esteve comigo, segurando minha mão, e servido de pilar nos momentos em que eu estava por desabar: minha mãe, Merice. Obrigada por jamais ter desistido e não ter deixado de acreditar em mim. O seu apoio e confiança foram essenciais para o caminho que percorri até aqui. Jamais poderei agradecer o bastante, por todas as vezes que você cuidou da Alice, para que eu pudesse cumprir com os deveres da universidade.

À minha irmã e melhor amiga, Linara, que, apesar de no decorrer de meus estudos nos distanciarmos fisicamente por diversas vezes, foi alguém em quem sempre me espelhei e que tive como exemplo de vida. Te agradeço pelas contribuições e ajudas emocionais prestadas. Obrigada por estar comigo e apoiar as minhas escolhas.

Aos meus primos, os quais tenho como irmãos, e que, ao longo do curso, vi cada um seguindo seu rumo, agradeço pela amizade e companheirismo desses vários anos. Obrigada por fazerem parte de minha vida.

À minha tão grande família, que esteve ao meu lado em vários momentos, em especial a Dinda Liane, a minha segunda mãe, que jamais poupou carinho e amor, meu muito obrigada de coração por todos bons sentimentos e ajuda ao longo destes anos.

Aos meus queridos avós, que hoje não estão junto de mim, quero agradecer de coração tudo que fizeram, e todo amor que me transmitiram. Se pudesse, hoje, lhes dizer algo, queria que soubessem que sempre serão meus exemplos e meus verdadeiros heróis.

Ao meu professor-orientador, Alan Ricardo, agradeço por não ter desistido de mim. Apesar das inúmeras dúvidas e incertezas, você não mediu esforços para que chegasse até aqui. Obrigada pelo incentivo e pelo apoio no decorrer desses meses, e também pela amizade e confiança, que foram muito importantes para meu crescimento.

RESUMO

O Oralismo foi uma abordagem de ensino de surdos que teve início em meados do ano de 1880, a partir do Congresso de Milão, e que deixou grandes impactos na educação de surdos. Em síntese, o Oralismo foi um paradigma educacional imposto aos surdos por parte de pesquisadores ouvintes, que, em muitos aspectos, desrespeitaram a autonomia e a identidade surda e proibiram o uso das línguas de sinais. Apesar de tal abordagem não fazer mais parte, hoje, da educação dos surdos de forma total, ainda podemos ver, em determinados contextos, breves resquícios da sua forma de ensino e de sua negligência quanto à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e à identidade surda. Assim, este trabalho tem como principal objetivo discutir o impacto que o Oralismo teve na educação dos surdos, bem como apresentá-lo enquanto abordagem, no que tange a suas razões históricas, suas principais características, seu legado para as abordagens de ensino posteriores, e a maneira em que ele foi superado a partir da criação da legislação que ampara os surdos. A pesquisa foi realizada através da coleta de dados bibliográficos, considerando publicações acadêmicas (livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado) e textos publicados online, em websites e blogs. Os temas debatidos contemplam eixos variados, como: (a) a urgência do conhecimento da história, uma vez que é conhecendo o passado que podemos pensar o presente e o futuro, (b) a importância da legislação e das políticas públicas na educação de surdos, e (c) o papel da família na educação da criança surda, entre outros.

Palavras-chaves: Libras, Oralismo, Educação de surdos.

RESUMEN

El Oralismo fue un abordaje de enseñanza de sordos que comenzó a mediados del año 1880, a partir del Congreso de Milán, y que dejó grandes impactos en la educación de sordos. En síntesis, el Oralismo fue un paradigma educativo impuesto a los sordos por parte de investigadores oyentes, que, en muchos aspectos, desatendieron la autonomía y la identidad sordas y prohibieron el uso de las lenguas de signos. Aunque este enfoque no haga más parte, hoy, de la educación de los sordos de forma total, todavía podemos percibir, en determinados contextos, breves restos de su forma de enseñanza y de su negligencia con relación a la Lengua Brasileña de Signos (Libras) y a la identidad de los sordos. Por lo tanto, este trabajo tiene como principal objetivo discutir el impacto que el Oralismo tuvo en la educación de los sordos, así como también presentarlo como abordaje, en lo que se refiere a sus razones historias, sus principales características, su legado para los enfoques de enseñanza posteriores, y la forma como él fue superado partir de la creación de la legislación que ampara los sordos. La investigación fue realizada a través de la recolección de datos bibliográficos, considerando publicaciones académicas (libros, artículos, disertaciones de maestría y tesis de doctorado) y textos publicados online, en sitios web y blogs. Los temas debatidos contemplan ejes variados, como: (a) la urgencia del conocimiento de la historia, una vez que es conociendo el pasado que podemos pensar el presente y el futuro, (b) la importancia de la legislación y de las políticas públicas en la educación de sordos, y (c) el papel de la familia en la educación del niño sordo, entre otros.

Palabras claves: Libras, Oralismo, Educación de sordos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. QUANDO A EDUCAÇÃO DE SURDOS COMEÇOU A GANHAR ESPAÇO?	12
3. CONGRESSO DE MILÃO	16
4. MESMO COM O PASSAR DO TEMPO, HOJE AINDA TEMOS ORALISMO	17
5. O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DO SURDO	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar brasileira, que se estendeu oficialmente por 21 anos (1964 a 1985) no Brasil, foi um regime caracterizado principalmente pela supressão de direitos constitucionais e que, apesar de vigorado por tanto tempo, não pode ser considerado minimamente positivo, pelas inúmeras consequências desastrosas que deixou à Nação Brasileira. Exemplos disso são: o desaparecimento de cidadãos acusados de crimes de subversão, as denúncias de torturas e prisões, o silenciamento da opinião pública e das pessoas, a alta inflação, a desigualdade social, entre outras questões. Hoje, o retorno de uma Ditadura Civil-Militar à política de nosso país seria um retrocesso ainda mais perverso e negativo, uma vez que já sabemos da primeira experiência Ditadura e de seus resultados negativos, e mesmo assim estaríamos a implantá-la (ou permiti-la) novamente.

Já dizia a máxima de Karl Marx sobre a história – quanto a seus personagens e eventos – que se repete: “A primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” (2011, p. 25). Subjacente à esta frase, temos a ideia de tempo cíclico, com repetições e padrões, e marcado pelas farsas, que seriam uma repetição malfeita e mais danosa e perversa que a tragédia, o evento histórico anterior. Para além da Ditadura Civil-Militar, temos inúmeros outros pontos obscuros da nossa história, que devem ser lembrados e considerados, para nunca mais serem repetidos: a 1ª e a 2ª Guerras Mundiais, o nazismo na Alemanha, etc.

Dessa maneira, levando a discussão mais especificamente para o campo da Educação, devemos considerar a abordagem Oralista, que foi imposta à educação dos surdos a partir do ano de 1880. De acordo com Kalatai e Streiechen (2012), a metodologia¹ Oralista tinha por objetivo o desenvolvimento da fala (oral) do surdo, pois, para os defensores deste método, a língua falada

¹ Neste trabalho, por vezes, são usados os termos “metodologia” e “abordagem” (no que tange ao Oralismo) de forma indiscriminada. Em partes, porque os autores empregados como bibliografia usam, às vezes, o termo “metodologia” e, em outros, “abordagem”. Com base em Leffa (1988), contudo, o Oralismo parece mais ser uma abordagem, que contempla (1) concepções de língua, (2) concepções de aprendizagem e (3) métodos (metodologia). O mesmo autor considera que “abordagem” é o conceito maior, que abarca a “metodologia”, que seria um conjunto de métodos (LEFFA, 1988).

era considerada essencial para a comunicação e desenvolvimento integral dos surdos.

O que Marx chama de tragédia (que, ao acontecer pela primeira vez, é desconhecida para nós, e traz consequências imprevisíveis) pode ser considerada a proposição² do Oralismo. Essa tragédia é diferente da farsa (quando a história se repete), o que, no nosso caso, seria hoje a volta do Oralismo. Afinal, sabemos quais foram os resultados da imposição violenta de uma abordagem negativa, antiquada e desrespeitosa à identidade surda.

Não estou afirmando, com isso, que o Oralismo esteja voltando às discussões acadêmicas e escolares. Entretanto, entendo que ele possa voltar à educação dos surdos se houver retrocessos significativos e em grande escala no setor da educação³, assim como entendo ser fundamental apresentar (para lembrar) o que esta abordagem trouxe em termos de atraso na vida dos surdos da época.

Cumprir registrar que este trabalho tem como hipótese a não superação total do Oralismo enquanto método de ensino para surdos. Em melhores palavras: o Oralismo é um passado não tão distante, ainda presente, embora não de forma hegemônica enquanto abordagem, em função de diferentes aspectos, como: (a) alguns surdos, hoje adultos, tiveram uma formação oralista em suas infâncias, (b) alguns contextos, talvez distantes das discussões atuais sobre a educação de surdos e sobre o Bilinguismo, ainda contam com mentalidades, epistemologias e visões de mundo muito atreladas ao Oralismo, (c) é necessário maior fomento à educação, ao debate acadêmico sobre Libras e às políticas públicas de respeito à identidade surda para a total superação do Oralismo na educação de crianças surdas, etc.

Tendo em vista as considerações precedentes, esta monografia de conclusão de curso possui como objetivo geral a discussão do impacto do Oralismo na educação de surdos. Os objetivos específicos do presente trabalho contemplam:

² Ou imposição, como podemos interpretar com base na literatura.

³ Como um exemplo de retrocesso na educação de surdos nos dias atuais, vale citar o fechamento de escolas que atendem crianças surdas por cortes de verba da Educação.

- Discutir e apresentar o Oralismo enquanto abordagem de ensino de surdos, suas razões históricas (STROBEL, 2009) e suas características principais;

- Averiguar de que modo deu-se a “superação” do Oralismo no que concerne à legislação brasileira e à pesquisa acadêmica, que tende a ditar os rumos da educação de forma geral através da pesquisa e do avanço científico;

- Debater a “herança” do Oralismo e seu impacto na vida educacional e social de surdos atualmente.

A justificativa para a proposição da presente monografia pauta-se na importância de dar espaço para discussões e reflexões referentes ao impacto da abordagem oralista na educação de surdos no Brasil, no passado e no presente. Nesse sentido, pretende-se, com a pesquisa, dialogar com a bibliografia da área (STROBEL, 2009; PINHEIRO, 2011; PERLIN e STROBEL, 2014; SOUTO, 2017, entre outros), visando à valorização da educação bilíngue frente ao Oralismo.

O presente trabalho, de caráter bibliográfico, encontra-se estruturado da seguinte maneira: após este primeiro capítulo introdutório, serão apresentadas (no segundo capítulo) discussões sobre quando a educação dos surdos tomou espaço nos debates de diferentes campos do saber. No capítulo seguinte (o terceiro), será debatida a imposição do Oralismo como método de ensino de surdos a partir do Congresso de Milão. No quarto capítulo, a discussão recai sobre a necessidade de, ainda hoje, debater o Oralismo e suas “heranças”. No quinto capítulo é abordada a importância da família no desenvolvimento da criança surdo. Finalmente, no último capítulo, são tecidas as considerações finais sobre percursos e caminhos possíveis para a educação de surdos.

2. QUANDO A EDUCAÇÃO DE SURDOS COMEÇOU A GANHAR ESPAÇO?

Emygdio-Silva (2009) explica que, para os gregos e os romanos, deficiências em geral pressagiavam males futuros e, por isso, as crianças deficientes eram afastadas, abandonadas ou atiradas da Rocha Tarpeia. Em grande medida, os romanos defendiam a ideia de que os surdos eram seres imbecis e incapazes, pois acreditavam na ideia de que o pensamento acontecia somente a partir do uso da fala (SILVA, 2009).

Já na Idade Média, “a sociedade, dominada pela religião e pelo divino, considerava que a deficiência decorria da intervenção de forças demoníacas” (EMYGDIO-SILVA, 2009, p. 136) e, nesse sentido, as deficiências, de modo geral, eram associadas ao demônio, ao mal, ou à punição divina. Assim, nesse momento histórico, as pessoas que possuíam alguma deficiência, ou que eram classificadas como “diferentes” da maioria da população, foram tachadas como aberrações, como seres incapazes de desenvolver pensamento e raciocínio. Elas não eram consideradas parte da sociedade, e, por muito tempo, foram perseguidas, a fim de serem exterminadas, pelo fato de não se igualarem à maioria das pessoas. Justamente por sofrerem tal violência/repressão, os surdos não possuíam convivência com demais pessoas, a não ser os membros de suas famílias, passando assim a viver presos dentro de casa, por consequência de suas diferenças.

Esta maneira de ver a pessoa que possuía deficiência (e, por conseguinte, o surdo) se estendeu por muito tempo. O salto da segregação para a integração, explica Emygdio-Silva (2009, p. 138), se dá pelo questionamento da institucionalização das pessoas deficientes. Logo, o desenvolvimento “de associações de pais, deficientes e voluntários, que reivindicaram, nomeadamente em nome da Declaração dos Direitos do Homem e dos Direitos da Criança”, foi fundamental para o conceito de “integração”, que ainda não era o de “inclusão” que temos hoje, mas foi fundamental para seu desenvolvimento posteriormente.

Haja vista essas mentalidades anteriores, historicamente, tardou para que os surdos passassem a possuir educação formal. A não-educação formal de surdos manteve-se enquanto foi mantida a crença de não ter importância o ato de educar alguém que não está adequado à comunicação, à linguagem e à escrita da (e na) sociedade.

Porém, com o passar dos anos, percebeu-se que os surdos, eram desprovidos somente da linguagem oral, quebrando a ideia de não serem capazes de desenvolver o raciocínio. Foi a partir daí, que começou-se a falar sobre oferecer uma educação formal a estas pessoas, assim como o restante da sociedade recebia.

No Brasil, começou-se a falar sobre educação de surdos, a partir dos anos de 1857, quando o Imperador Dom Pedro II convidou o professor francês Edward

Hernest Huet, para trabalhar a educação com estas pessoas (CARVALHO e NÓBREGA, 2015). Huet, no mesmo ano, cria o Instituto de Surdo-Mudos (ISM) na cidade do Rio de Janeiro, a qual era a única escola a nível federal de nosso país. A denominação viria a mudar posteriormente, conforme explica Martins (2009), para Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM) e, pela Lei nº 3.198 de 6 de julho de 1957, para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Neste Instituto, inicialmente, foram aceitos somente meninos surdos, mesmo levando em conta que a educação feminina já ocorria há mais de um século. Nele, buscava-se fazer com que os alunos chegassem o mais perto possível da linguagem utilizada por um ouvinte (PINHEIRO, 2011). Essa escola, tinha como método de aprendizagem o Oralismo, que foi imposto a todas as pessoas surdas a partir de um Congresso realizado em Milão. Este método, consistia em treinar os surdos a fazer a leitura labial, e produzir sons, buscando a todo custo reabilitá-lo. Ali, era oferecida uma disciplina de Leitura sobre os Lábios, onde era realizada uma seleção, e os alunos que tivessem aptidão a frequentá-la eram aqueles que teriam maior chances de passar a desenvolver a língua oral (CARVALHO e NÓBREGA, 2015). Desta forma, o objetivo maior do Oralismo, como é possível notar, era tornar os surdos “seres normais”, visto que os professores, pesquisadores e estudiosos defensores adeptos ao método oralista os viam como pessoas deficientes e que poderiam ser reabilitadas.

Nesse período, as línguas de sinais foram abolidas, dando ênfase, obrigatoriamente, somente às práticas de oralidade. Os docentes surdos foram retirados das salas de aula, sendo reforçada a crença de que eles seriam incapazes de ensinar e educar, o que reverberou ainda na desvalorização do indivíduo surdo também no âmbito profissional. Assim como Pinheiro (2011) comprova, o surdo, sem uma língua estruturada, tornava-se dependente, e por conseguinte, subordinado aos ouvintes.

Anos mais tarde, quando o ISM passou a ser conhecido como INES (MARTINS, 2009), já acontecia o ingresso de alunos não somente do estado do Rio de Janeiro, mas de todas as partes do país. Com esta grande (e inesperada) procura pela educação de surdos, pode-se notar o peso e a importância que ela começava a desenvolver. E a partir do avanço e espaço que ela foi tendo, que somente depois de muito tempo, a educação dos surdos passou a encaminhar-se para um amparo legal, por lei.

No século XXI, foi a partir da Lei de Libras, Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que ficou decretado que todo aluno surdo tivesse a oportunidade de frequentar escolas tanto públicas como privadas, e ser acompanhado de um intérprete de Libras, conforme aponta seus 4 artigos:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
(BRASIL, 2005).

É necessário registrar, contudo, que a Lei *per se*, sozinha, no papel, não garante uma mudança na sociedade, embora seja um passo importante e uma vitória em termos de políticas públicas. É preciso ir além: as pessoas precisam aprender sobre essa Lei e, então, passar a respeitá-la e efetivá-la no cotidiano, nos contextos escolares e familiares, na vida social de modo geral. Para tanto, o fomento à educação é primordial. A educação pode sacar as pessoas de seus contextos de ignorância quanto à identidade surda e a Libras.

3. CONGRESSO DE MILÃO

O Congresso Internacional de Surdos, que aconteceu no ano de 1880, em Milão, reuniu educadores e profissionais de vários países do mundo. Nesse congresso, durante 3 dias, foram discutidos assuntos relacionados à educação dos surdos. Vale citar, contudo, que estes participantes eram ouvintes: ou seja, neste Congresso, foi debatido um tema em que os principais atingidos foram desprezados.

A partir do Congresso de Milão, foi defendida a ideia de que a educação oralista era superior à educação gestual, a qual os surdos recebiam, e cujo objetivo era inseri-los na sociedade. A imposição desta prática pode ser considerada um período obscuro na história dos surdos, pois a comunicação que já havia entre eles (uso de sinais) foi negada e desvalorizada pelas pessoas ouvintes. Alegava-se que o uso de gestos remetia aos povos primitivos e, assim, esta comunicação passava a ser vista com maus olhos e desprezo.

A prática de oralização, consistia em inserir a pessoa surda em uma comunidade ouvinte, através de leitura labial, para que assim ela pudesse “interagir” com todas pessoas da sociedade. A forma com que a oralidade foi imposta, e a proibição de sinais, de acordo com Gesser (2009, p. 51), contribuiu de maneira crucial para a negação da língua de sinais, pois a comunidade surda teve que deixar sua identidade e inserir-se em um mundo totalmente diferente do seu.

Esta prática de oralidade na educação, que teve muitos defensores, os quais mais tarde passaram a ser repugnados pela comunidade surda, tornou a educação um caos. Segundo Ziesmann (2017, p. 20)

o Oralismo não trouxe nenhum benefício para surdos com perda severa, mas, pelo contrário, nem todos os surdos eram bem-sucedidos com o uso da leitura labial, e emitiam sons incompreensíveis aos ouvintes.

Os defensores ouvintes da oralização jamais levaram em conta o fato de que não ensinar ao surdo a sua própria língua impedia o avanço e o progresso dos integrantes dessa comunidade. É preciso sempre reiterar que a língua materna dos surdos é a Libras, não o português. É necessário levar em conta, conforme elucida Gesser (2009, p. 50), que oralizar é um sinônimo de negação

da língua dos surdos. É sinônimo de correção, de imposição de treinos exaustivos, repetitivos e mecânicos da fala.

Durante o período em que a oralização foi imposta, conforme Eiji (s/d), acreditava-se de que a comunicação manual prejudicava a aprendizagem da língua oral, e que o uso desta comunicação tornava os surdos “preguiçosos” para a fala. Foi por isso que as pessoas surdas que trabalhavam em ambientes escolares foram retiradas destes lugares, para não terem contato, através de sinais, com os alunos que também eram surdos. Porém, não se notavam os danos que esta prática imposta trazia consigo, causando o sofrimento no povo surdo por não mais contar com autonomia na comunicação a partir da sua própria língua.

Algumas perspectivas sustentavam o ideal do Oralismo, fazendo com que ele ganhasse mais adeptos e, dessa forma, mais força. A primeira delas foi a perspectiva filosófica, segundo a qual a linguagem gestual era vista com muito preconceito, fazendo ligação dela com a obscuridade e fazendo referência com os povos que viviam nas cavernas, e que se comunicavam a través de “mímicas”, de forma selvagem e violenta. A segunda perspectiva foi a religiosa, segundo a qual afirmava-se que, pelo fato do surdo não fazer uso da língua oral, que é a mesma língua da escrituras e liturgias, ele não poderia fazer parte da doutrina cristã e, assim, não poderia se confessar e/ou ter acesso à palavra de Deus. Uma terceira e última perspectiva que fortaleceu o Oralismo foi a perspectiva política, que defendia a oralização para pôr um fim aos dialetos, visto que a língua é a principal fonte de dominação e de identidade de um povo.

4. MESMO COM O PASSAR DO TEMPO, HOJE AINDA TEMOS ORALISMO

A educação dos surdos passou por várias abordagens e métodos, os quais deixaram muitas marcas na vida dos alunos. Um método que despreza a comunicação já existente entre os (e própria dos) surdos; outra que defende a comunicação da maneira que fosse, desde que ela aconteça; e, por último, uma abordagem que defende e valoriza a língua e a cultura dos surdos, sem querer inseri-los de maneira imposta em comunidades que não são as suas, por possuírem características diferentes. Esses diferentes métodos passam a ser

discutidas no presente capítulo, uma vez que a compreensão de cada um deles é fundamental para a compreensão das concepções de ‘língua’ e ‘ensino’ subjacente a eles, bem como para compreender as visões que foram se construindo sobre o surdo, no que tange à educação, nos diferentes momentos históricos.

O primeiro método, já introduzido no capítulo anterior, foi o Oralismo, que surgiu a partir do Congresso de Milão. Tal método consistia em deixar de lado as línguas de sinais, que até então eram usadas pelos surdos, mas que era vista como algo negativo pela sociedade. Havia, subjacente ao Oralismo, a imposição pelo uso de técnicas de oralização para fins comunicativos. Esse método não obteve muito sucesso, pois, como se sabe, o nível de surdez, não é o mesmo para todas as pessoas (ZIESMANN, 2017). Arelado a isso está o fato de que muitos surdos se frustraram, tanto por não conseguir oralizar quanto por não poder fazer o uso de sua língua de sinais, resultando na impossibilidade de conseguir se comunicar através deste método.

Com o insucesso dessa abordagem, implantou-se a Comunicação Total aos surdos, que foi introduzida no Brasil a partir da década de 70. Por meio dela, é defendida a comunicação do surdo de forma enfática, podendo ser de forma oral, gestual, sinalizada ou até mesmo através de mímica. Nas palavras de Poker (s/d), a Comunicação Total foi compreendida como “língua falada sinalizada” (*idem, ibidem*), por meio da qual o surdo se comunicava através da oralização e do uso de mímica, fazendo acontecer comunicação a todo custo.

Lacerda (1998, *online*) explica que, na Comunicação Total, “O objetivo é fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e coetâneos, para que possa construir seu mundo interno”. Com base nessa autora, fica evidente que o Oralismo não foi superado de todo e seguiu presente na abordagem, uma vez que “A oralização não é o objetivo em si da Comunicação Total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo” (LACERDA, 1998, *online*)

Este método continua sendo utilizado hoje por vários países, porém sem grandes conquistas como se imaginava. Foi o uso de sinais que não eram pré-estabelecidos que dificultou a comunicação, e que possibilitou que, em 1970, fosse percebido que este método não estava trazendo os resultados esperados,

pois “nem os sinais nem as palavras podiam ser compreendidos plenamente em si” (COPAVILLA, 2000, p. 109).

Como uma alternativa a fim de substituir a Comunicação Total, surge o Bilinguismo, apresentando as noções de que a língua falada e a língua de sinais podem, sim, conviver, embora não aconteçam de forma simultânea (POKER, s/d). Nesta abordagem, a língua de sinais é o principal instrumento não só de comunicação, mas de construção de identidade, dando oportunidade ao surdo para o desenvolvimento de letramentos e habilidades em sua língua materna, em sinais.

O Bilinguismo parte do pressuposto em que a pessoa surda, primeiro aprende a língua de sua comunidade, que é a língua de sinais. E, em seguida, a outra língua oficial do Brasil, isto é, o português (ver VIANA e LIMA, 2016). Esse pressuposto tornou-se viável, em termos pedagógicos, a partir de dois grandes adventos históricos. Um deles, conforme já citado, foi a atribuição do status linguístico à Libras, de língua oficial desde a Lei de Libras de 2002. O outro advento, anterior, lembrado por Pagnez e Sofiato (2014), foi a expansão do interesse acadêmico por questões referentes à educação de surdos a partir da segunda metade da década de 1980, principalmente em virtude do trabalho de William Stokoe, linguista americano que, em 1960, publicou a respeito da Língua Americana de Sinais (ASL). A mudança de visão sobre as línguas de sinais no âmbito acadêmico e no âmbito legal possibilitaram o Bilinguismo *a posteriori*.

Atualmente, o Bilinguismo é a abordagem defendida e recomendada no ensino de crianças surdas, principalmente porque respeita as diferenças e inclui, assim, o aluno em uma escola regular (POKER, s/d), recebendo o acompanhamento de um intérprete.

A partir das considerações prévias, apresento, na sequência, um quadro comparativo (Tabela 1) com algumas características e concepções inerentes às três abordagens que a educação de surdos passou:

Tabela 1: Quadro comparativo entre as abordagens de ensino de surdos.

	ORALISMO	COMUNICAÇÃO TOTAL	BILINGUISMO
Comunicação	Oral.	Oral e sinalizada.	Libras.
Visão sobre a língua de sinais	Linguagem do povo primitivo.	Uma maneira de se comunicar.	Língua de interação dos surdos.
Uso de gestos	Não era aceito.	Foi aceito.	Foi aceito.
Objetivo da abordagem	Introduzir o surdo na sociedade.	Permitir interação, de qualquer maneira, entre surdos e ouvintes.	Fazer com que o surdo tenha acesso, primeiramente, à língua de sinais, e mais tarde ao português.
Visão sobre o surdo	Pessoa reabilitável.	Aceito na sua deficiência.	Aceito na sua deficiência.

Fonte: da autora, com base na literatura da área (CAPOVILLA, 2000; LACERDA, 1998; PERLIN e STROBEL, 2014; PINHEIRO, 2011; SILVA, 2009, SOUTO, 2017; STROBEL, 2009 e outros)

A partir da análise da tabela, pode-se perceber que o Bilinguismo é a abordagem didático-pedagógica recomendada para ser empregada, hoje, na educação de surdos. Apesar disso, ainda temos alguns traços e características das abordagens anteriores. Um fator para que isso siga ocorrendo se deve ao fato de que, muitas vezes, o aluno surdo, ao entrar em uma sala de aula regular, desconhece seus direitos amparados por Lei. E, assim, passa a não ter o acompanhamento de um intérprete durante as aulas, buscando como recurso para sua aprendizagem, a leitura labial e a tentativa de produzir sons, ou comunicar-se da maneira que for melhor compreendido.

Outro fator que faz com que vestígios de abordagens ultrapassadas ainda se façam presentes, é o fato de que o professor, em sala de aula, muitas vezes desconhece a Libras, e isso, acaba dificultando (ou inexistindo) a interação e o acompanhamento dos alunos. Ainda que a Lei de Libras tenha favorecido a inclusão de disciplinas de Libras em todos os cursos de licenciatura, essa mudança ainda é bastante ínfima em termos de políticas linguísticas, haja vista que o conteúdo programático das referidas disciplinas tende a ser muito básico. Com apenas uma disciplina de Libras em um curso de licenciatura não há garantias de uma proficiência na língua por parte dos professores, e por conseguinte não há garantias, posteriormente, de comunicação, e menos ainda

de trabalho docente do professor, na língua de sinais, junto ao aluno surdo na escola.

5. O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DO SURDO

Em diversos casos, os pais, ao saberem que terão um filho surdo, passam por um momento de negação, não aceitando a condição da criança. Muitos sentem que algo lhes foi roubado, por seu filho não poder se comunicar de forma oral, como a maioria das outras crianças. O sentimento de impotência diante desta situação faz com que eles passem a sentir raiva e tentem encontrar alguém responsável por isto. Porém, esta não aceitação inicial do filho surdo faz com que os familiares passem a desenvolver uma dependência total sobre a criança. Muitos, ao receberem o diagnóstico da surdez, colocam um fim aos diversos sonhos e previsões que fizeram para ele (DALCIN, 2009), e, assim, acreditam que seus filhos não são capazes de realizar até mesmo tarefas comuns do dia a dia, como ir à padaria comprar pão ou brincar com outras crianças.

Por isso, como consequência, muitas vezes acontece esta dependência, que na verdade nada mais é que uma superproteção da parte dos pais, justamente pela falta de confiança que os pais desenvolvem sobre o filho. A preocupação excessiva, a superproteção ou, ainda, a falta de confiança dos pais ouvintes nos filhos surdos pode resultar em uma falta de interação dessas crianças com o restante da comunidade. Isso faz com que ela não se sinta capaz de brincar e interagir com outras crianças e fazer novas amizades, estreitando e reduzindo o vínculo de amizades somente ao seu próprio círculo familiar.

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma língua e de uma cultura quando a criança vem ao mundo. E esta construção de uma língua e identidade se dá de forma muito espontânea às crianças que são surdas e filhas de pais surdos, pelo fato deles já estarem inseridos e fazerem parte desta comunidade. Já com os filhos surdos de pais ouvintes, essa aprendizagem sociointeracionista (VIGOTSKY, 1991) não acontece de forma tão harmônica, por terem de construir uma cultura em que eles ainda não estão inseridos, e

também por terem que se adaptar a uma pessoa que é tão próxima e amada por eles, que não poderá fazer o uso da mesma língua e cultura que os pais.

E é justamente por isso que as crianças surdas filhas de pais ouvintes, até cerca dos três anos de vida (DALCIN, 2009), criam uma linguagem com sua família, que não pode ser considerada uma língua oral, e nem uma língua de sinais. Ou seja, a forma de comunicação dela com seus pais e familiares acontece através de uma linguagem própria, uma linguagem de gestos, que se aproxima da mímica. Cumpre lembrar que, segundo Gesser (2009), a língua de sinais não é mímica. Mímica, ou pantomima, é um gesto produzido com o objetivo de representar o objeto em questão, e por isso leva muito mais tempo para ser realizada. Dessa forma, a mímica pode ser representada por cada pessoa de uma maneira diferente. Já o sinal tem como objetivo retratar o símbolo, que é convencionado ao objeto em questão.

Muitas vezes, pelos pais desenvolverem a ideia de que seus filhos não são capazes de realizar nada sozinhos, no momento da alfabetização, optam pela oralidade, buscando introduzir a criança na comunidade, através da língua oral. Porém, essa tentativa de oralizar uma criança surda acaba angustiando ela, pelo fato de que muitas delas não obtêm sucesso na oralização, por terem uma surdez mais avançada.

E quando isso acontece, muitos pais buscam ajuda de terceiros na comunicação com o próprio filho, por eles não conseguirem/quererem se adaptar à nova situação de comunicação da criança, por priorizarem sempre a língua dominante. Porém, isso faz com que a relação pais e filhos se distancie, e muitas vezes a criança surda somente passa a reconhecer uma família quando se faz presente em uma comunidade surda. Pois nela, a criança pode se comunicar em sua língua, Libras, trocar experiências e conviver com pessoas que, assim como ela, fazem o uso dos sinais.

No momento em que uma família de ouvintes alfabetiza uma criança surda em Libras, muitas vezes acontece que os pais acabam oralizando juntamente com os sinais que por eles são produzidos, fazendo assim com que a criança não aprenda totalmente a língua de sinais, e nem a oralização. Isso acaba confundido a criança surda, pelo fato de seus familiares ora gesticular, ora oralizar, fazendo com que ela misture a ideia de qual seria a melhor forma de ela se comunicar.

Além do mais, essa fusão dificulta também no momento em que a criança irá para a escola, e terá que fazer o uso da língua de sinais. Se ela não foi desenvolvida e incentivada em casa, ao chegar na escola, ao invés de aprender conteúdos programados, terá que primeiramente aprender a língua de sinais para se comunicar com o intérprete, com o professor e com os colegas (surdos ou ouvintes). É nesse sentido que a Libras deveria ter sido, para um melhor desenvolvimento linguístico e cultural, incentivada desde bebê no caso da criança surda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado no decorrer dos capítulos anteriores, os surdos, durante os séculos XVIII e XIX, foram considerados seres incapazes de aprender e de pensar. Acreditou-se que eles não desenvolviam raciocínio pelo fato de o pensamento e a epistemologia estarem ligados à linguagem, e esta, por sua vez, estar associada somente à oralidade (CAPOVILLA, 2000). Porém, com o passar dos tempos, e com o avanço científico, a educação dos surdos começou a tomar espaço, a fim de introduzi-los na sociedade que vivem.

A partir do ano de 1880, contudo, a intenção de inserir os surdos na sociedade tomou rumos obscuros: os surdos foram educados com base no Oralismo, que não obteve sucesso, por desconsiderar as características próprias de cada surdo e sua identidade. Em seguida, foi introduzida a Comunicação Total, abordagem que, com o passar dos anos, também teve que ser deixada de lado, por não apresentar significativos avanços a educação de surdos no que concerne ao uso de uma língua efetiva e social. Hoje, a atual geração, está inserida (ou deveria estar) em escolas chamadas bilíngues, alicerçadas pelo pensamento pedagógico do Bilinguismo, abordagem vigente, na qual os alunos surdos aprendem a Libras como língua materna, e mais tarde, passam a aprender o português, como segunda língua (L2).

Os pais e avós (surdos) desta nova geração sofreram muito – em termos de trauma e de impossibilidade de usar a Libras e cultivar sua identidade surda – ao serem educados a partir do Oralismo. Soma-se a isso o fato de que o Oralismo foi uma abordagem criada por estudiosos ouvintes, e que foi aplicada

a pessoas que possuíam diferentes níveis de surdez e diferentes contextos sociais, educacionais e familiares. É importante que a atual geração de surdos não passe pelo menos que as gerações anteriores passaram.

Durante a realização deste trabalho, pode-se notar a pequena quantidade de material acadêmico produzido e publicado ligado a essa fase obscura pela qual passou a educação dos surdos, isto é, o Oralismo. Pode-se atribuir essa pequena quantidade de produção científica ao fato de que, ainda hoje, o número de surdos professores e pesquisadores existentes nas universidades, nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nos centros de pesquisa ainda é muito pequeno se comparado ao número de ouvintes, por exemplo.

A conclusão maior é a de que todo período histórico não se inicia ou não se conclui de forma imediata, mas gradual. A história, por sua vez, é tão complexa que, em muitos casos, temos concomitante diferentes períodos históricos e/ou resquícios de períodos passados (ou vindouros). Assim, não podemos conceber que a educação de surdos, no presente, está de forma totalmente harmônica e integrada apenas ao Bilinguismo: precisamos considerar que resquícios do Oralismo podem sobreviver ou, ainda mais grave, ressurgir.

Para tanto, é fundamental estudarmos nossa história e, mais especificamente, a história da educação dos surdos, para fins de garantias do respeito à autonomia do surdo e da Libras enquanto uma das línguas oficiais do Brasil. Apenas conhecendo de forma crítica e profunda o passado podemos garantir que retrocessos não emerjam no presente e ameacem o futuro.

7. REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do Oralismo à A Comunicação Total ao Bilinguismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 6, n. 1, 2000, p. 99-116.

CARVALHO, V. de O., NÓBREGA, C. S. R. da. A História De Educação Dos Surdos: O Processo Educacional Inclusivo. In: II Seminário Potiguar: Educação, Diversidade e Acessibilidade - uma questão de efetivação de direitos. *Anais...* 2015. p. 21-33.

DALCIN, G. *Psicologia da Educação de Surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/psicologiaDaEducacaoDeSurdos/assets/558/TEXTOBASE_Psicologia_2011.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2017.

EIJI, H. Congresso de Milão. Texto online. s/d. Disponível em: <<https://culturasurda.net/congresso-de-milao/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

EMYGDIO-SILVA, M. O. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*. 2009. Vol. 13, 135-153.

GESSER, A. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KALATAY, P.; STREIECHEN, Eliziane. M. . As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil. In: III SEPED - Semana de Estudos do Curso de Pedagogia de Irati. *Anais... Irati/Paraná*, v. 3. 2012, Disponível em: <<http://anais.unicentro.br/seped/pdf/iiiv3n1/120.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2017.

LACERDA, C. B. F. *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 de janeiro de 2018.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em Lingüística Aplicada: O ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988. p. 211-236.

MARTINS, D. A. *Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de libras em instituições de educação superior*. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÜLLER, J. I.; STÜRMER, I. E.; KARNOPP, L. B.; THOMA, A. da S. Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. *Nonada: Letras em Revista*, vol. 2, núm. 21, outubro, 2013, pp. 1-15.

PAGNEZ, K. S.; SOFIATO, C. G. O estado da arte de pesquisas sobre a educação de surdos no Brasil de 2007 a 2011. *Educar em Revista*. no.52. Curitiba. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31.

PINHEIRO, D. Registros históricos da educação de surdos. In: XV Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE): Educação e ciências na era digital. *Anais...* Santa Maria. 2011.

POKER, R. B. Abordagens do ensino na educação de pessoa com surdez. *Libras a Distância*. Unesp. Texto online. s/d. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

SILVA, S. A. *Conhecendo um pouco da história dos surdos*. Londrina, Paraná. 2009. Texto online. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf>. Acesso em: 2 de janeiro de 2018.

SOUTO, M. W. A. Oralismo X Bilinguismo: filosofias educacionais historicamente contrastantes e presentes na educação para o surdo. In: XIII EDUCERE (Congresso Nacional de Educação). *Anais...* 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25285_12446.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

STROBEL, K. *História da Educação de Surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2018.

VIANA, M. M. C.; LIMA, V. S. A escrita da língua portuguesa como Segunda Língua por Surdos nas Redes Sociais. *Revista de Letras*, v. 1, p. 7, 2016.

VIGOTSKY, L. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZIESMANN, C. I. *Educação de surdos em discussão: práticas pedagógicas e processo de alfabetização*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.